

## Avaliação Prévia de Impacto de Género

### 1 – Identificação da iniciativa

A presente lei aprova um procedimento especial de autorização em zonas sensíveis, que os municípios podem prever em regulamento municipal, procedendo, para o efeito, à alteração do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro.

### 2 – Descrição da situação de partida sobre a qual a iniciativa vai incidir

A experiência acumulada na aplicação do regime jurídico de acesso e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração demonstra que a uniformidade procedimental que lhe está subjacente pode revelar-se insuficiente para responder adequadamente a realidades territoriais muito diferenciadas, nomeadamente em contextos urbanos de especial concentração urbanística, turística e/ou comercial, onde importa garantir a qualidade de vida nas populações locais, a autenticidade dos centros urbanos/históricos e a preservação e valorização do comércio local.

A presente iniciativa legislativa do Partido Socialista pretende dar resposta a problemas concretos identificados na aplicação do regime atual. Ao permitir a introdução de um procedimento especial de autorização em zonas urbanas sensíveis, por decisão municipal e dentro de limites legais claros, promove-se um modelo de regulação mais equilibrado, que mantém a simplicidade administrativa como regra, mas reforça a capacidade autárquica de gestão preventiva do território, a proteção do interesse público local e a sustentabilidade do desenvolvimento urbano.

### 3 – A iniciativa consiste num ato normativo de carácter meramente repetitivo e não inovador?

Sim  Não  Nota: Em caso de resposta afirmativa o preenchimento da ficha encontra-se concluído.

### 4 – Previsão de resultados a alcançar e valoração do impacto de género

Categorias / Indicadores	Avaliação			Valoração		
	Sim	Não	N/A	Positivo	Neutro	Negativo
<b>1 Direitos:</b>						
1.1 O projeto ou a proposta de lei afetará os direitos das mulheres ou dos homens de forma direta ou indireta?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>2 Acesso:</b>						
2.1 O número de homens e mulheres que beneficiam da aplicação da lei é igual?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
2.2 A lei permite que os homens e mulheres participem de igual modo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>3 Recursos:</b>						
3.1 Homens e mulheres têm o mesmo acesso aos recursos (tempo, financeiros, informação) necessários para poderem beneficiar da aplicação da lei?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
3.2 A lei promove uma distribuição igual de recursos entre homens e mulheres?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
<b>4 Normas e Valores:</b>						

4.1	Caso a lei entre em vigor, os estereótipos de género, bem como as normas e valores sociais e culturais, irão afetar homens e mulheres de forma diferente?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
4.2	Os estereótipos e certos valores serão uma barreira para mulheres ou homens quando tentarem maximizar os benefícios que lhes são concedidos pela lei?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>

## 5- Conclusão

A iniciativa legislativa tem um impacto de género neutro.